PROJETO DE LEI Nº 021/2016

Data: 16/05/2016

SÚMULA: Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Educação de Capitão Leônidas Marques, e dá outras providências.

A câmara municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná aprovou, e eu, Ivar Barea, prefeito municipal sanciono a seguinte lei.

LEI

**CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º Em atenção à legislação nacional, estadual e municipal, fica instituído o Conselho Municipal de Educação (CME) de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, como órgão colegiado representativo da comunidade e da sociedade civil organizada, mediador entre a sociedade civil e o Poder Público.

Art. 2º O Conselho Municipal de Educação de Capitão Leônidas Marques é um órgão colegiado, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, que tem por finalidade assessorar a política Municipal de Educação, com as funções consultiva, fiscalizadora, mobilizadora e de controle social, para discussão acerca das políticas municipais de educação e ensino, da gestão democrática do ensino público, na construção e na defesa da educação de qualidade para todos os munícipes.

§ 1º a função consultiva refere-se à emissão de pareceres para dirimir dúvidas e subsidiar decisões quanto às questões pedagógicas, administrativas e financeiras, no âmbito de sua competência;

§ 2º a função fiscalizadora refere-se ao acompanhamento e fiscalização da gestão pedagógica, administrativa e financeira das unidades escolares, garantindo a legitimidade de suas ações;

§ 3º as funções mobilizadora e de controle social, referem-se a promoção da participação, de forma integrada, de toda a comunidade escolar, contribuindo e garantindo a efetivação da gestão democrática participativa.

Art. 3º O conselho Municipal de Educação tem por objetivo, oportunizar a seus grupos ou entidades representativas da comunidade, o direito de participar da definição das diretrizes da educação no âmbito do Município, contribuindo para elevar a qualidade da educação e dos serviços educacionais.

Art. 4º A organização e o funcionamento do CME/Capitão Leônidas Marques serão disciplinados em seu regimento interno que será elaborado e aprovado por seus membros.

CAPÍTULO II DAS DEFINIÇÕES E ATRIBUIÇÕES

Art. 5º Ao CME/Capitão Leônidas Marques compete:

- I - Assessorar a Secretaria Municipal de Educação na formulação de políticas e planos educacionais;
- II - Participar da elaboração, execução e avaliação do Plano Municipal de Educação de Capitão Leônidas Marques;
- III - Acompanhar o recenseamento e a matrícula da população em idade escolar para a educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, em todos os seus níveis e modalidades.
- IV - Colaborar na realização de busca ativa e acompanhamento de dados acerca da população em idade escolar, propondo alternativas para seu atendimento;
- V - Zelar pelo cumprimento das Diretrizes e Bases da Educação fixadas pela Legislação vigente e nas disposições do Conselho Nacional e Estadual de Educação;
- VI - Elaborar e aprovar o Regimento Interno do Conselho Municipal de Educação e reformulá-lo quando se fizer necessário;
- VII - Manter intercâmbio com colegiados da sociedade que possam contribuir para o desenvolvimento da Educação;
- VIII - Acompanhar o cumprimento do Calendário Escolar, observadas as legislações vigentes e diretrizes emanadas pela Secretaria Municipal e Estadual de Educação;
- IX - Zelar pelo cumprimento e defesa dos direitos da criança e do adolescente, com base na Lei nº. 8.069/90-Estatuto da Criança e do Adolescente;
- X - Incentivar e promover a participação da sociedade civil no planejamento e acompanhamento das ações desenvolvidas nas escolas.
- XI - Solicitar, analisar e emitir pareceres e recomendações sobre assuntos relacionados à educação do município de Capitão Leônidas Marques.
- XII - Apoiar os Conselhos Escolares das instituições de ensino no município em assuntos de sua competência.
- XIII - Dar publicidade quanto aos atos do CME.
- XIV - Mobilizar a sociedade civil e o Estado para a garantia da gestão democrática nos órgãos e instituições públicas de educação.
- XV - Estudar as leis e demais normativas que regulam o ensino.
- XVI - Zelar pelo cumprimento da legislação vigente no âmbito da educação municipal.
- XVII - Solicitar ao Poder Executivo Municipal a disponibilização da prestação de contas da aplicação dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, e de Valorização dos Profissionais da educação - FUNDEB.
- XVIII - Zelar pelo cumprimento do Plano de Cargos, Carreira e remuneração do Magistério e Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores Públicos do Município de Capitão Leônidas Marques.

XIV- Acolher denúncias de irregularidades no âmbito da educação municipal, apurando os fatos e encaminhando as conclusões às instâncias competentes.

XV – Exercer outras atribuições, previstas em leis, ou decorrentes de suas funções.

CAPÍTULO III COMPOSIÇÃO E MANDATO

Art. 6º O Conselho Municipal de Educação de Capitão Leônidas Marques – PR será composto por 17 (dezesete) membros indicados pelos seus pares em cada segmento, sendo que para cada conselheiro efetivo deve ser indicado um suplente, conforme segue:

- I. Um representante de livre escolha do Poder Executivo Municipal;
- II. Um representante da Secretaria Municipal de Educação;
- III. Um representante dos trabalhadores da educação da rede municipal de ensino de qualquer nível e modalidade;
- IV. Um representante dos trabalhadores da educação da rede estadual de ensino de qualquer nível e modalidade;
- V. Um representante dos Profissionais do Magistério dos Centros Municipais de Educação Infantil;
- VI. Um representante dos Professores da rede municipal de ensino;
- VII. Um representante dos professores da rede estadual de ensino;
- VIII. Um representante dos professores da rede privada de ensino;
- IX. Um representante da Escola de Educação Básica na modalidade de Educação Especial;
- X. Um representante dos Conselhos Escolares da rede municipal de ensino;
- XI. Um representante dos Conselhos Escolares da rede estadual de ensino;
- XII. Um representante do Conselho Tutelar;
- XIII. Um representante dos diretores da rede municipal de ensino;
- XIV. Um representante dos diretores da rede estadual de ensino;
- XV. Um representante de diretores da rede privada de ensino;
- XVI. Um representante dos pais de alunos da rede municipal;
- XVII. Um representante dos pais de alunos da rede estadual de ensino;

Parágrafo Único. Para cada membro escolhido, deverá ser indicado um suplente, com igual duração de mandato, que substituirá o conselheiro efetivo na ausência deste ou no seu impedimento, conforme normas constantes no regimento interno.

Art. 7º No prazo de trinta dias, contados a partir da promulgação desta Lei, a Secretaria Municipal de Educação, promoverá reuniões de esclarecimentos com profissionais de educação, com entidades e os segmentos que terão representatividade, emitindo instruções para a eleição e indicação dos conselheiros efetivos e suplentes, para comporem a primeira gestão, na implantação do CME.

Art. 8º A Secretaria Municipal de Educação receberá a relação dos nomes indicados em cada segmento, que comporão o CME, e encaminhará ao Executivo Municipal para expedição do ato de nomeação.

Parágrafo Único. O perfil dos Conselheiros e as normas para a eleição e indicação dos Conselheiros efetivos e suplentes, como norma permanente, constarão do Regimento Interno do CME/Capitão Leônidas Marques – Pr.

Art. 9º Os membros do Conselho Municipal de Educação de Capitão Leônidas Marques serão nomeados por ato do Prefeito (a) Municipal, para mandato de 03 (três) anos.

Art. 10º Ao final de cada mandato, o Conselho será renovado, vedada a recondução por mais de uma vez, à exceção dos suplentes.

Art. 11º O mandato do Conselheiro será considerado extinto antes do término, nos seguintes casos:

- I.morte;
- II.Renúncia ou mudança de endereço para outro município;
- III.Ausência injustificada a três reuniões consecutivas ou seis intercaladas, no período de um ano civil;
- IV.Procedimento incompatível com a dignidade das funções;
- V.Condenação irrecorrível em processo administrativo disciplinar e/ou criminal.
- VI.Licença com prazo superior a seis (6) meses.

Parágrafo Único. Em caso da vacância do mandato, o membro suplente assumirá. No impedimento desse, será feita uma nova indicação pelo segmento representado.

Art. 12º. Os membros para compor a Diretoria do CME/Capitão Leônidas Marques, serão eleitos pelos componentes do Conselho (dentre os titulares), em reunião específica para esse fim, sendo que a presidência não deverá recair sobre o representante do Poder Executivo ou da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 13º. A função do Conselho será considerada serviço público relevante e não remunerado, devendo seus membros justificarem as ausências às reuniões do Conselho.

Parágrafo Único. As despesas decorrentes do funcionamento do CME/Capitão Leônidas Marques, deverão incorporar o orçamento da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 14º. A periodicidade das reuniões, bem como, as regras gerais de funcionamento e demais assuntos pertinentes ao Conselho, serão definidos no Regimento Interno, que deverá ser elaborado e aprovado, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar da posse do Conselho.

CAPÍTULO IV

DA ESTRUTURA DO CONSELHO

Art. 15º. O Conselho Municipal de Educação de Capitão Leônidas Marques terá a seguinte estrutura:

- I. Plenária;
- II. Presidência;
- III. Secretaria Geral;

Seção I

Da Plenária e das Reuniões

Art. 16º. A Plenária compõe-se dos Conselheiros no exercício pleno de seus mandatos e é órgão colegiado do Conselho Municipal de Educação de Capitão Leônidas Marques.

Art. 17º. A Plenária poderá funcionar com a presença da maioria simples de seus membros.

Art. 18º. As reuniões Plenárias serão:

- I - Ordinárias, realizadas periodicamente, em data, horário e local a serem definidos pela Plenária.
- II - Extraordinárias, quando convocadas pela Presidência ou a requerimento subscrito pela maioria simples dos conselheiros.

Parágrafo Único. As reuniões terão início sempre com a leitura da ata da reunião anterior, a qual, após aprovação, será assinada por todos os presentes.

Seção II

Da Presidência

Art. 19º. A Presidência é a representação máxima do Conselho Municipal de Educação de Capitão Leônidas Marques, articuladora dos seus trabalhos e fiscal de sua ordem, em conformidade com o Regimento.

§ 1º. A Presidência e vice-presidência serão ocupadas por membros titulares do Conselho e serão eleitos por votação, feita entre os Conselheiros titulares efetivos.

§ 2º. Na ausência ou impedimento do Presidente, a presidência será ocupada pelo vice-presidente.

§ 3º. Ocorrendo a ausência também do vice-presidente, a Presidência será exercida pelo Secretário Geral.

Seção III

Da Secretaria

Art. 20º. A Secretaria Geral do Conselho Municipal de Educação de Capitão Leônidas Marques – PR, será exercida por um membro do Conselho, escolhido em eleição feita entre os conselheiros titulares.

Parágrafo Único. No seu impedimento, o Secretário Geral será substituído por um Secretário ad-doc, designado pela presidência.

Art. 21º . A Secretaria Geral manterá os documentos do Conselho em ordem e será responsável pela lavratura das atas.

Art. 22º . São impedidos de integrar o CME, cônjuge e parentes consanguíneos ou afins, até terceiro grau do prefeito (a), vice-prefeito (a) e dos secretários (as) municipais;

Art. 23º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Capitão Leônidas Marques/PR, 16 de maio de 2016

IVAR BAREA
Prefeito Municipal